

Políticas públicas Presidente recria conselho de segurança alimentar

Lula quer emprego em obras públicas no combate à fome

Andrea Jubé e Fabio Murakawa
De Brasília

No ato de recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), nesta terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende demarcar o combate à fome e a inclusão social da população mais vulnerável como prioridades de seu governo.

Lula vai anunciar a criação de um sistema de inclusão socioeconômica, baseado na integração de 24 ministérios que vão atuar, de forma sincronizada, para garantir assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão social e econômica da população de baixa renda.

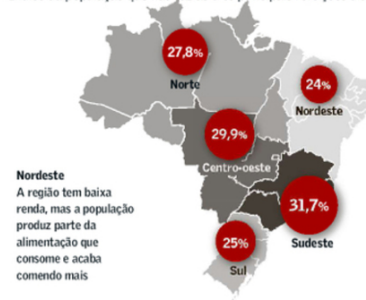
"O objetivo é que a gente tenha dois grandes pactos. Um pacto do Brasil sem fome e um pacto por inclusão socioeconômica", disse o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, em entrevista ao **Valor**. "Queremos aqui fazer uma ampla articulação entre o setor público e o privado, os Três Poderes e os organismos internacionais. Mostrar que é preciso a participação de todos nesse sentido."

No âmbito do sistema de inclusão socioeconômica, o ministro diz que uma das novidades previstas é o plano de qualificação, formação e profissionalização de forma integrada do Cadastro Único, do emprego e do empreendedorismo.

No âmbito desse sistema, na quinta-feira, está previsto o lançamento do novo Bolsa Família, cuja finalização depende da contrapartida orçamentária. Os recursos da PEC da Transição garantirão R\$ 175 bilhões para o programa contemplando R\$ 600 por família, além de R\$ 150 a mais por criança de 0 a 6 anos. Entretanto, o ministério estuda, internamente, oferecer mais R\$ 50 para cada criança de 7 a 18 anos, e para as gestantes,

Fome e desnutrição no Brasil

Índice da população que não faz as três principais refeições diárias



Nordeste
A região tem baixa renda, mas a população produz parte da alimentação que consome e acaba comendo mais

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Observatório de Saúde na Infância

com pós-graduação em situação vulnerável que podem se beneficiar dessa política.

"A novidade é um plano de qualificação, formação e profissionalização de forma integrada focada no Cadastro Único. Quem são as pessoas que já têm formação?", disse. "Se eu sei onde vamos realizar obras da construção civil, queremos pactuar com toda a construção civil, para com as empresas trabalharmos a qualificação desse público do Cadastro Único, do emprego e do empreendedorismo."

No âmbito desse sistema, na quinta-feira, está previsto o lançamento do novo Bolsa Família, cuja finalização depende da contrapartida orçamentária. Os recursos da PEC da Transição garantirão R\$ 175 bilhões para o programa contemplando R\$ 600 por família, além de R\$ 150 a mais por criança de 0 a 6 anos. Entretanto, o ministério estuda, internamente, oferecer mais R\$ 50 para cada criança de 7 a 18 anos, e para as gestantes,

mas o orçamento para esse adicional ainda não está garantido.

Em defesa desses benefícios adicionais, Dias criticou o Auxílio Brasil, afirmando que as mudanças feitas pela gestão Jair Bolsonaro transformaram o programa social em mero "programa de transferência de dinheiro", sem contrapartidas de natureza social. Segundo ele, "isso gerou distorções".

"É um valor de R\$ 600, independentemente da composição da família, se tem uma pessoa ou se tem dez", disse. "Mesmo recebendo o Auxílio Brasil ou Emergencial, a família não é capaz de prover e suprir suas necessidades."

Ele explicou que o Consea é a "cabeça" de um sistema de segurança alimentar e nutricional, que começou a ser desmontado pela gestão Jair Bolsonaro quando foi extinto em janeiro de 2019.

Secretária de Combate à Pobreza e à Fome, Valéria Burity explica que dentro do Consea haverá uma Câmara Interministerial de Segu-

rança Alimentar e Nutricional (Caisan). Os ministérios que a compõem ajudaram a formular as políticas de segurança alimentar.

"O presidente decidiu retomar o Consea com a mesma composição [de quando foi extinto]. Um terço de governo para dois terços de sociedade civil", disse ela. "A proposta é que a gente tenha um decreto que reinstalou a Câmara Interministerial na composição de 2018."

Desde o fim do Consea, segundo Dias, o Brasil "parou de planejar a produção de alimentos, o que seria exportado, o que seria para o consumo interno, um sistema de armazenagem, de distribuição e transporte de alimentos". É que, por isso, "das regiões do mundo, o Brasil é a que teve maior aumento do custo da alimentação".

Uma das consequências, segundo o ministro, é que em 2021, 700 mil crianças foram internadas com quadro de desnutrição.

Ao explicar que a renda maior não necessariamente implica um grau mais elevado de segurança alimentar, Dias dá o exemplo da região Nordeste, apresentando dados do Observatório da Saúde na Infância, formado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz e da Unifase. Segundo esses dados, a população nordestina é a que apresenta o menor índice de pessoas nas cinco regiões do Brasil que não conseguem fazer três refeições diárias, ou 24%. Já no Sudeste, mais rico, esse número chega a 31% — o maior do Brasil.

"Olhando do ponto de vista das três refeições, desnutrição leve, moderada e grave, o Nordeste, embora seja de baixa renda, do ponto de vista de segurança nutricional tem o melhor resultado porque a população dessa região em geral produz parte da alimentação que consome", disse o ministro.



O médico e vice-presidente Geraldo Alckmin aplica a vacina bivalente contra a covid-19 no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Página: 9